

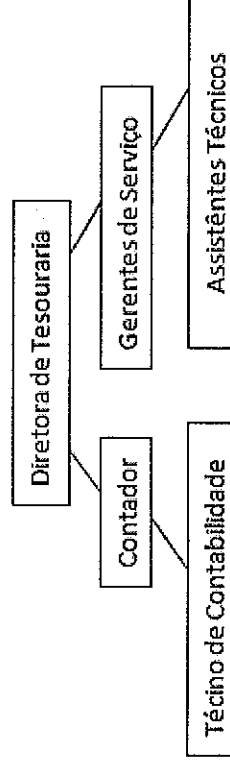


4.9. Interrupção/Suspensão da exigibilidade por parcelamento

Atualmente o Sistema Plataforma da Prefeitura não possui a funcionalidade de suspender nem a de contar o prazo prescricional quando um débito é parcelado ou rompido. A Fazenda apenas tem o controle dos casos em que o contribuinte não cumpri o acordado quando o mesmo retorna ao setor de atendimento para reparcelamento, ou seja, muitos débitos prescrevem sem a ciência dos servidores locais.

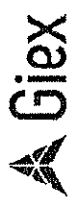
5. Secretária de Finanças - Tesouraria

5.1. Estrutura Organizacional



5.1.1. Relação de usuários

Nome	Departamento	Cargo/Função



Ana Cristina Velgas Mansur Reis	Tesouraria	Técnica da Contabilidade
Angela Gonzaga	Tesouraria	Assistente Técnica
Eliny Fonseca	Tesouraria	Assistente Técnica
Elsa de Carvalho Vicente	Tesouraria	Diretora de Tesouraria
Gilvanilda Gonçalves dos Santos de Oliveira	Tesouraria	Contadora
Luciana Ribeiro	Tesouraria	Gerente de Serviços
Natália Oliveira	Tesouraria	Gerente de Serviços
Nyara Crispim	Tesouraria	Gerente de Serviços

5.2. Tipos de cadastros

Consta no cadastro Municipal da Prefeitura de Itabira três tipos de cadastros, quais sejam:

- IMOBILIÁRIO
- MOBILIÁRIO
- DIVERSOS (Cadastro de contribuinte "não cadastrados")



5.3. CND – Certidão de Débitos

5.3.1. Modelo de certidão positiva

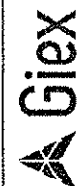
[illegible]

5.3.2. Modelo de certidão positiva com efeitos de negativa

[illegible]

5.3.3.3. Modelo de certidão negativa

[illegible]



5.4. Baixas bancárias

Somente poderá ter acesso as baixas bancários os funcionários do setor Tesouraria/Contabilidade.

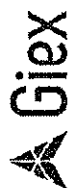
5.5. Das rubricas e contas contábeis

[illegible]



Município	Unidade	Atendimento em Decada	Atendimento em Mes	Atendimento Anualizado	Realizado em Mes
12	12	12	12	12	12
13	13	13	13	13	13
14	14	14	14	14	14
15	15	15	15	15	15
16	16	16	16	16	16
17	17	17	17	17	17
18	18	18	18	18	18
19	19	19	19	19	19
20	20	20	20	20	20
21	21	21	21	21	21
22	22	22	22	22	22
23	23	23	23	23	23
24	24	24	24	24	24
25	25	25	25	25	25
26	26	26	26	26	26
27	27	27	27	27	27
28	28	28	28	28	28
29	29	29	29	29	29
30	30	30	30	30	30
31	31	31	31	31	31
32	32	32	32	32	32
33	33	33	33	33	33
34	34	34	34	34	34
35	35	35	35	35	35
36	36	36	36	36	36
37	37	37	37	37	37
38	38	38	38	38	38
39	39	39	39	39	39
40	40	40	40	40	40
41	41	41	41	41	41
42	42	42	42	42	42
43	43	43	43	43	43
44	44	44	44	44	44
45	45	45	45	45	45
46	46	46	46	46	46
47	47	47	47	47	47
48	48	48	48	48	48
49	49	49	49	49	49
50	50	50	50	50	50
51	51	51	51	51	51
52	52	52	52	52	52
53	53	53	53	53	53
54	54	54	54	54	54
55	55	55	55	55	55
56	56	56	56	56	56
57	57	57	57	57	57
58	58	58	58	58	58
59	59	59	59	59	59
60	60	60	60	60	60
61	61	61	61	61	61
62	62	62	62	62	62
63	63	63	63	63	63
64	64	64	64	64	64
65	65	65	65	65	65
66	66	66	66	66	66
67	67	67	67	67	67
68	68	68	68	68	68
69	69	69	69	69	69
70	70	70	70	70	70
71	71	71	71	71	71
72	72	72	72	72	72
73	73	73	73	73	73
74	74	74	74	74	74
75	75	75	75	75	75

[illegible]



1. Einleitung
 2. Grundlagen
 3. Methoden
 4. Ergebnisse
 5. Diskussion
 6. Fazit
 7. Literaturverzeichnis
 8. Anhang
 9. Index
 10. Abkürzungen
 11. Formeln
 12. Diagramme
 13. Tabelle
 14. Figuren
 15. Quellen
 16. Verweise
 17. Notizen
 18. Footnote
 19. Appendix
 20. Bibliographie
 21. Referenzen
 22. Quellenangaben
 23. Quellennachweise
 24. Quellennachweise
 25. Quellennachweise
 26. Quellennachweise
 27. Quellennachweise
 28. Quellennachweise
 29. Quellennachweise
 30. Quellennachweise
 31. Quellennachweise
 32. Quellennachweise
 33. Quellennachweise
 34. Quellennachweise
 35. Quellennachweise
 36. Quellennachweise
 37. Quellennachweise
 38. Quellennachweise
 39. Quellennachweise
 40. Quellennachweise
 41. Quellennachweise
 42. Quellennachweise
 43. Quellennachweise
 44. Quellennachweise
 45. Quellennachweise
 46. Quellennachweise
 47. Quellennachweise
 48. Quellennachweise
 49. Quellennachweise
 50. Quellennachweise
 51. Quellennachweise
 52. Quellennachweise
 53. Quellennachweise
 54. Quellennachweise
 55. Quellennachweise
 56. Quellennachweise
 57. Quellennachweise
 58. Quellennachweise
 59. Quellennachweise
 60. Quellennachweise
 61. Quellennachweise
 62. Quellennachweise
 63. Quellennachweise
 64. Quellennachweise
 65. Quellennachweise
 66. Quellennachweise
 67. Quellennachweise
 68. Quellennachweise
 69. Quellennachweise
 70. Quellennachweise
 71. Quellennachweise
 72. Quellennachweise
 73. Quellennachweise
 74. Quellennachweise
 75. Quellennachweise
 76. Quellennachweise
 77. Quellennachweise
 78. Quellennachweise
 79. Quellennachweise
 80. Quellennachweise
 81. Quellennachweise
 82. Quellennachweise
 83. Quellennachweise
 84. Quellennachweise
 85. Quellennachweise
 86. Quellennachweise
 87. Quellennachweise
 88. Quellennachweise
 89. Quellennachweise
 90. Quellennachweise
 91. Quellennachweise
 92. Quellennachweise
 93. Quellennachweise
 94. Quellennachweise
 95. Quellennachweise
 96. Quellennachweise
 97. Quellennachweise
 98. Quellennachweise
 99. Quellennachweise
 100. Quellennachweise

best answer is **Pinpoint box**

Downloaded from <http://ajphaphysiol.physiology.org/> at UNIV OF CALIF SAN DIEGO on June 11, 2015

[illegible][illegible][illegible]



MILTON GARCIA

POLICIA DA RODADA

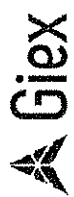
PRIMEIRO DEZEMBRO A NOITE DO FANTASMA

4

Deobandian Movement in India

[illegible]

Revista de Contabilidade Pública - Setembro 1972, vol. 1, nº 1

[illegible][illegible]



5.6. Campanhas de cobrança realizadas

O município de Itabira, através do seu sistema plataforma, ARCetil, realiza campanhas de arrecadação anualmente, sendo a última realizada em 2015.

5.7. Protesto Extrajudicial

5.7.1. Previsão legal Municipal

- Convênio 030/2015

- Lei Complementar 2.102/1991

- Lei Complementar 4.732/2014

5.7.2. Recolhimento de custas

A Prefeitura Municipal de Itabira já possui vínculo com cartório (Convênio 030/2015), contudo, sem utilizá-lo. É necessário apurar a possibilidade de integração com o IEPTBMG ou CRA, bem como a forma de recolhimento de custas.

5.7.3. Integração com Cartório

A Prefeitura Municipal de Itabira já possui vínculo com cartório (Convênio 030/2015), contudo, sem utilizá-lo. É necessário apurar a possibilidade de integração com o IEPTBMG ou CRA.

5.7.4. Características para protestar conforme a legislação

"Art. 6º O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e da Procuradoria-Geral do Município, deverá efetuar o protesto extrajudicial dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 9.492, de 10 de setembro 1997 (com a redação dada pelo art. 25 da Lei n. 12.767, de 27 de dezembro de 2012), observados os critérios de eficiência administrativa e de custos de administração e cobrança, a ser aferido pelo estudo técnico específico ao qual alude o art. 1º desta Lei Complementar.

§1º A extinção da correspondente obrigação somente ocorrerá com a quitação do montante total da dívida, nesta incluídos as taxas e emolumentos cartorários e honorários advocatícios.

§2º O Município de Itabira poderá celebrar convênio com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - IEPTB/Minas Gerais - IEPTB/MG ou com quaisquer outras instituições ou tabelionatos de protesto de títulos, visando a efetivação do protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa, de forma célere, segura, econômica e eficiente.

Art. 7º O procedimento de protesto extrajudicial deverá observar a Lei n. 9.492, de 10 de setembro 1997 e dar-se-á, de forma centralizada por meio de arquivo eletrônico, preferencialmente para a Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos - CRA do IEPTB/MG.

§1º A Certidão de Dívida Ativa - CDA deverá ser encaminhada, juntamente com a Guia de Recolhimento - GUIA, para a Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos - CRA, que as encaminhará ao cartório competente, devendo ser assegurado o sigilo das informações

§2º Após a remessa da Certidão de Dívida Ativa - CDA por meio do envio eletrônico do arquivo, e antes de registrado o protesto, o pagamento somente poderá ocorrer no cartório competente, ficando vedada, neste período, a emissão de guia de recolhimento.

§3º Efetuado o pagamento do crédito, os Tabelionatos de Protesto de Títulos ficam obrigados a efetuar o depósito do valor arrecadado mediante quitação da guia de recolhimento no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento.

Art. 8º O parcelamento do crédito poderá ser concedido após o registro do protesto, nos termos da legislação pertinente, pelas unidades da Secretaria Municipal de Fazenda ou da Procuradoria-Geral do Município".

5.7.5. Procedimento Administrativo do Protesto (rotina)

Atualmente não é realizado pelo Município o protesto extrajudicial.